

Da Colônia - com a proposta jesuíta, primeira expressão formal no processo de formação de docentes no Brasil - passando pelo Império - República Velha, Nova e Contemporânea - chega-se aos dias atuais. Os aspectos que marcam a subperiodização em cada época histórica são condicionados pelas mudanças significativas nos currículos, principalmente naquilo que se refere aos seus "Fundamentos".

A partir dos anos 70, especificamente com a Lei 5.692/71, que propõe, de forma explícita, a denominação "Fundamentos da Educação I" para congregar, em termos de abordagem (psicobiológica), o que, até então, constava como disciplinas distintas: Biologia e Psicologia, e "Fundamentos da Educação II", para desenvolver as dimensões sócio-históricas-filosóficas em relação às disciplinas Sociologia, História e Filosofia da Educação. Para analisar essa proposta, foram desenvolvidos os capítulos VII e VIII respectivamente - "Fundamentos da Educação - A proposta oficial em vigor" e "Os Fundamentos da Educação na prática dos professores de 2º Grau", com o objetivo de evidenciar os principais conflitos e contradições decorrentes da grande defasagem entre as propostas oficiais teóricas e a prática dos professores de "Fundamentos". Essa defasagem, cujo encaminhamento e solução não se vinculam à simples reformulação dos currículos ou à nova proposta de "Fundamentos", tem suas raízes na própria concepção de mundo e de conhecimento vigentes na sociedade capitalista, fruto da crescente divisão do trabalho, que, por seu turno, se assenta na crença da objetividade, cientificidade e racionalização do conhecimento, decorrentes do credo obsessivo de que a conquista do estatuto científico implica a recusa de quaisquer parâmetros de teor filosófico, ético ou moral.

A segunda parte do trabalho analisa as razões dos conflitos gerados, priorizando a evolução histórica da estrutura dos conhecimentos (Ciências Humanas), que, acondicionando as denominadas Ciências da Educação como "aplicações", "domínios particulares" das Ciências-Mães (História, Sociologia, Psicologia, Biologia), projetam nelas todos os problemas - fragilidade "científica, grandezas e misérias, aquisições e ignorâncias, comprovações científicas, intuições e deformações ideológicas.

Ao identificar a fragmentação e integração como as principais vertentes que têm conduzido o debate quanto às formas de operacionalização dos "Fundamentos" nas propostas curriculares, tento nominar as diversas correntes que priorizam tais modalidades. Nesse momento, identifico as abordagens positivista e neo-positivista como aquelas que priorizam procedimentos fragmentadores na apreensão da realidade, da estruturação do conhecimento e sua explicitação no currículo escolar. Por outro lado, considero, entre as abordagens integradoras:

- a) aquelas que promovem a integração a partir da base histórica;
- b) aquelas que promovem a integração fundadas numa concepção filosófica.

Tento apontar os limites, tanto das abordagens fragmentadoras, como das integradoras, tal como concebidas em relação às Ciências Humanas e suas implicações na concepção e operacionalização das propostas curriculares destinadas à formação de docentes.

Vislumbro a superação das abordagens analisadas por uma *concepção ontológica de realidade e de Educação*, que se estrutura a partir de uma nova forma de apreender e interpretar o real, considerado em sua multidimensionalidade.

---

## A INTRODUÇÃO OFICIAL DO MOVIMENTO DE ESCOLA NOVA NO ENSINO PÚBLICO DE MINAS GERAIS - A ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO

---

MARIA HELENA OLIVEIRA PRATES

Orientador: Carlos Roberto Jamil Cury

Data da defesa: 27/07/89

No final da década de 20, o governo de Minas, representado por Antônio Carlos (Presidente) e Francisco Campos (Secretário do Interior), procurou introduzir no ensino elementar os princípios e práticas de movimentos educacionais que, em nível mundial, emergiram como crítica à Escola Tradicional e foram denominados Movimento de Escola Nova.

O estudo realizado procurou ver POR QUE, PARA QUE E COMO se efetivaram, na prática cotidiana da Escola Primária, as mudanças propostas.

O foco principal de pesquisa foi uma instituição, pós-normal, destinada a reciclar a reeducar, nos novos moldes desejados, uma elite dos professores já em exercício: a Escola de Aperfeiçoamento, criada em 1929.

Num ensino que se fazia pelo bê-a-bá e pela "decoreba", Escola de Aperfeiçoamento significou a "revolução" das finalidades da Educação e dos métodos pedagógicos. Nesse "revolucionar" provocado pela Escola, o estudo enfoca uma questão paradoxal: proposta de um modelo educacional moderno, defendido pelos educadores liberais da Escola Nova (e vanguarda da época) e da articulação desse modelo - pela elite dirigente - como sustentação de uma prática conservadora de dominação política.

O estudo, na tradição da pesquisa interpretativa dos fatos históricos, baseou-se em fontes secundárias e primárias. As fontes primárias consistiram de entrevistas com ex-professores e ex-alunas, trabalhos de ex-alunas, jornais da época, documentos do governo de então, revistas pedagógicas e livros editados no período, memórias que recordam as décadas de 20 e 30.

Na sua forma final, o trabalho constou de cinco capítulos, em que se tratou de Minas Gerais na República Velha, da formação dos professores primários nesse período - e, em especial, na gestão Antônio Carlos/Francisco Campos -, da emergência da Escola de Aperfeiçoamento e do contexto sociocultural que a envolveu, do ethos pedagógico ali vivenciado e implementado, da influência da instituição no ensino mineiro/brasileiro, e do significado histórico da educação renovada em Minas Gerais.